

# **Isomorfismo na Adoção de Práticas Ambientais nas Empresas de Médio Potencial Poluidor Listadas na B3**

**Aglaeudis Ferreira Rodrigues Campos** (UFPB) - aglaeudis@gmail.com

**Antonio Martins do Nascimento Neto** (UFPB) - neetto.13@gmail.com

## **Resumo:**

*Visando a continuidade dos seus negócios, as companhias tendem a convergir suas atividades econômicas com os comportamentos, padrões e normas existentes no ambiente onde as mesmas estão inseridas. Desta forma, espera-se que nessa adaptação meio, àquelas empresas que compartilham de contextos ambientais similares, em processos e estruturas, acabem obtendo uma semelhança. Assim, o presente estudo objetiva investigar se as empresas de médio potencial poluidor, listadas no Brasil, Bolsa e Balcão - [B]3, apresentam comportamentos isomórficos, no que se refere à adoção de práticas ambientais. A pesquisa classifica-se como descritiva, documental e bibliográfica com abordagem predominantemente quantitativa. Para a realização deste estudo foram consultados Balanço Patrimonial, Formulários de Referência, Notas Explicativas, Relatórios da Administração, Relatório de Sustentabilidade e Relatórios Anuais de 131 empresas de médio potencial poluidor, de acordo com a Lei nº 10.165/2000. Os principais resultados evidenciam que, com exceção do ramo de agricultura, todas as categorias que obtiveram a maior média de aderência para os respectivos setores, também apresentaram o maior desvio padrão, sugerindo assim que quanto mais as empresas de um setor aderem às práticas ambientais de uma referida categoria, maior será a dispersão dos seus dados. Quando a presença de isomorfismo, conclui-se que as empresas de médio potencial poluidor apresentam práticas ambientais isomórficas apenas nos setores de Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações (Categoria de Energias e Outros Aspectos Ambientais) e Indústria Madeireira (Categoria de Gestão Ambiental).*

**Palavras-chave:** *Isomorfismo.Práticas Ambientais.Médio Potencial Poluidor.*

**Área temática:** *Abordagens contemporâneas de custos*

## **Isomorfismo Na Adoção de Práticas Ambientais nas Empresas de Médio Potencial Poluidor Listadas na B3**

### **Resumo**

Visando a continuidade dos seus negócios, as companhias tendem a convergir suas atividades econômicas com os comportamentos, padrões e normas existentes no ambiente onde as mesmas estão inseridas. Desta forma, espera-se que nessa adaptação meio, àquelas empresas que compartilham de contextos ambientais similares, em processos e estruturas, acabem obtendo uma semelhança. Assim, o presente estudo objetiva investigar se as empresas de médio potencial poluidor, listadas no Brasil, Bolsa e Balcão - [B]<sup>3</sup>, apresentam comportamentos isomórficos, no que se refere à adoção de práticas ambientais. A pesquisa classifica-se como descritiva, documental e bibliográfica com abordagem predominantemente quantitativa. Para a realização deste estudo foram consultados Balanço Patrimonial, Formulários de Referencia, Notas Explicativas, Relatórios da Administração, Relatório de Sustentabilidade e Relatórios Anuais de 131 empresas de médio potencial poluidor, de acordo com a Lei nº 10.165/2000. Os principais resultados evidenciam que, com exceção do ramo de agricultura, todas as categorias que obtiveram a maior média de aderência para os respectivos setores, também apresentaram o maior desvio padrão, sugerindo assim que quanto mais as empresas de um setor aderem às práticas ambientais de uma referida categoria, maior será a dispersão dos seus dados. Quando a presença de isomorfismo, conclui-se que as empresas de médio potencial poluidor apresentam práticas ambientais isomórficas apenas nos setores de Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações (Categoria de Energias e Outros Aspectos Ambientais) e Indústria Madeireira (Categoria de Gestão Ambiental).

**Palavras-chave:** Isomorfismo. Práticas Ambientais. Médio Potencial Poluidor.

### **1 Introdução**

Nos últimos anos a sociedade passou por diversas transformações, refletindo assim, no perfil dos *stakeholders*, que segundo Borges, Rosa e Ensslin (2010), informações referentes aos resultados financeiros deixaram de ser suficientes para suas respectivas tomadas de decisões. Desse modo, Rover, Borba e Murcia (2009), verificaram que existem crescentes buscas dos usuários por *disclosure*, *accountability*, práticas de governança corporativa e conduta ética empresarial. Além disso, Sales, Rover e Ferreira (2018) incluíram a sustentabilidade, desenvolvimento e práticas ambientais como informações fundamentais a serem divulgadas pelas companhias.

Sendo assim, uma das preocupações dos agentes econômicos é que as organizações tenham uma posição alinhada para a extinção ou redução dos efeitos ambientais oriundos de suas atividades, tornando as práticas ambientais em estratégias de comprovação da responsabilidade corporativa empresarial (COSTA *et al.*, 2016). Estas evidências ambientais são classificadas por Ribeiro (2005) como o processo de identificar, mensurar e esclarecer eventos econômico-financeiros advindos da preservação, proteção e recuperação ambiental que ocorreram ao longo de um exercício, a fim de indicar a situação patrimonial da entidade.

Preocupando-se com a conservação ambiental e as consequências de suas atividades, as empresas corresponderão aos interesses dos diversos usuários, garantindo assim, sua continuidade (SILVA; BRAGA; CAVALCANTE, 2019). Ademais, a inserção de evidências e práticas ambientais nas estratégias das companhias, poderá resultar em uma vantagem competitiva, Clarkson *et al.* (2011) verificaram que entidades preocupadas com questões ambientais tendem a alcançar melhores desempenhos em relação as que não se preocupam.

Sampaio *et al.* (2012) sugerem que a crescente adoção de práticas ambientais em pelas empresas pode estar atrelada com a teoria da legitimidade, a qual foi estudada por Dias Filho (2012), destacando a existência de uma tendência por parte das organizações, para manter suas atividades de acordo com os anseios, normas, comportamentos e padrões do seu ambiente de atuação. Como parte das informações socioambientais são evidenciadas voluntariamente pelas companhias, diversos estudos no ramo de contabilidade ambiental visam compreender e prever as divergências no conteúdo, apresentação e volume destas divulgações (MOREIRA *et al.*, 2012). Beets e Souther (1999), por exemplo, constataram que a ausência de padronização nos relatórios ambientais poderá enviesar a comparabilidade.

Entretanto, DiMaggio e Powell (1983) estabeleceram o conceito de isomorfismo, que de acordo com a Teoria institucional, uma organização tende a adotar padrões semelhantes a companhias pares que estão inseridas em um mesmo ambiente, convergindo assim, com a Teoria da legitimidade. Sampaio *et al.* (2012), relacionaram estas teorias com o aumento no *disclosure* de informações socioambientais, destacando que tal comportamento pode ser visto como um meio de legitimação das empresas a fim de serem vistas como responsáveis pela sociedade e seu ambiente de atuação.

Com base nas transformações ocorridas nos interesses dos *stakeholders* (BORGES; ROSA; ENSSLIN, 2010), que vêm considerando informações sobre práticas ambientais fundamentais para a tomada de decisão (SALES; ROVER; FERREIRA, 2018), as empresas tenderão a inserir práticas ambientais em suas estratégias, para obter vantagens competitivas (CLARKSON *et al.*, 2011). Considerando que as entidades estarão em concordância com os anseios do ambiente de atuação (DIAS FILHO, 2012) e que segundo o conceito de isomorfismo, empresas pares encaminham-se a adotarem padrões similares, surge a seguinte questão de pesquisa: **As companhias de médio potencial poluidor listadas na [B]<sup>3</sup> apresentaram comportamentos isomórficos, quanto à aplicação de práticas ambientais no período entre 2010 e 2019?**

Visando averiguar se as companhias de médio potencial poluidor listadas na [B]<sup>3</sup> possuem comportamentos isomórficos, quanto à adoção de práticas ambientais. A presente pesquisa justifica-se, pois, Beradi (2012) enfatizou a existência de uma vasta literatura sobre gestão ambiental e motivações para a adoção de práticas ambientais por parte das companhias, sugerindo que haja um aprofundamento quanto aos fatores que influenciam empresas a aderir ações diferenciadas em seus processos de produção.

Enquanto Costa *et al.* (2016) e Santos, Braga e Cavalcante (2019) investigaram a presença do isomorfismo na adoção de práticas ambientais em empresas de alto potencial poluidor, o presente estudo visa estudar este comportamento em companhias de nível médio potencial poluidor, visto que não foram encontrados estudos focados em analisar o isomorfismo na adoção de práticas ambientais em empresas neste nível potencial poluidor.

Analisar uma amostra que contenha empresas de um mesmo nível de potencial poluidor, é fundamental para analisar a presença do isomorfismo, pois supõe-se que estas organizações estejam sob pressões sociais similares e por atuarem em um mercado consideravelmente competitivo, (COSTA *et al.*, 2016), espera-se que as companhias incorporem práticas que foram adotadas por seus pares (MOURA; DIAS FILHO, 2012)

## 2 Referencial teórico

### 2.1 Gestão e contabilidade ambiental

As transformações ocorridas na sociedade destacadas por Borges, Rosa e Ensslin (2010), estão refletindo os interesses dos pesquisadores e empresas, de modo que temas voltados ao ramo de Gestão Social e Ambiental tornaram-se pautas recorrentes nos estudos acadêmicos e realidades empresariais (SILVA; PIRES, 2013). De acordo com Oliveira e Serra (2010) a crescente introdução de sistemas de Gestão Ambiental nas companhias pode decorrer

de pressões oriundas de fatores sociais, como organizações não governamentais e consumidores, e fatores políticos, como novas legislações, imposições de restrições ou multas.

A Gestão Ambiental consiste em um instrumento de gerenciamento que abrange os gastos para prevenir, preservar ou reparar problemas ambientais consequente das atividades empresariais (FREITAS *et al.*, 2012). Dessa maneira, Faroni *et al.* (2010) classificam um sistema de Gestão Ambiental como um conjunto de normas que visam administrar e gerir uma companhia, a fim de construir uma relação eficaz com o meio ambiente.

Para Campos e Melo (2008), o aumento na demanda das entidades por Sistemas de Gestão Ambiental, cuja implantação se baseia na norma NBR ISO 14001, reavalia o procedimento produtivo continuamente, buscando obter processos, mecanismos e padrões comportamentais que sejam menos nocivos ao meio ambiente. Os autores também sugerem que após a NBR 14031 observou-se duas categorias de indicadores de desempenho ambiental que são: indicador de condição ambiental (ICA) e indicador de desempenho ambiental (IDA), a IDA, se subdivide em duas categorias, sendo: desempenho gerencial e operacional.

Como a Ciências Contábeis auxilia a tomada de decisões dos seus usuários, o pensamento contábil acompanhará o desenvolvimento da sociedade (SILVA; PIRES, 2013). Assim, o gerenciamento das relações organizacionais com o meio ambiente será atribuído a Contabilidade, que atuará na elaboração e difusão de informações sobre os impactos ocorridos na situação patrimonial em decorrência de eventos ambientais (SOUZA; RIBEIRO, 2004).

Freitas *et al.* (2012) apontam que enquanto a Contabilidade Tradicional detém de técnicas para os registros e controles de gastos operacionais e administrativos, a Contabilidade Ambiental vem como ferramenta para evidenciar e controlar os gastos referentes à Gestão do meio ambiente. Silva e Pires (2013) justificam essa transição do modelo tradicional para o uso de novos instrumentos, como uma forma de atender as pressões impostas pelo mercado.

Devido às mudanças no pensamento contábil, o Conselho Federal de Contabilidade elaborou a NBC T 15, que vigorou em 1º de janeiro de 2006, tal normativa, objetiva estabelecer técnicas para evidenciação de informações referentes à natureza social e ambiental, visando demonstrar à sociedade a participação e responsabilidade social das companhias (CFC, 2004). Ademais, a norma esclarece que o *disclosure* das informações de cunho social e ambiental não deve ser confundido com Notas Explicativas, pois são informações complementares às demonstrações contábeis.

## 2.2 Teoria da legitimidade

Geralmente, as empresas tendem a convergir suas atividades econômicas com as condutas, normas e padrões existentes no seu ambiente de atuação (DIAS FILHO, 2012). Visando principalmente atender as necessidades dos seus agentes econômicos, que além de relatórios de desempenho financeiros, buscam por *accountability*, práticas de governança corporativa, conduta ética empresarial, sustentabilidade, desenvolvimento e práticas ambientais (ROVER; SALES; MURCIA, 2009; SALES; ROVER; FERREIRA, 2018).

Mesmo havendo uma presunção de que a adoção destas práticas ocorra por questões econômicas, e de continuidade empresarial, nota-se que as medidas podem ser vistas como formas de legitimação e valorização pela comunidade (SILVA *et al.*, 2017). O que converge com a Teoria da Legitimidade, a qual relaciona companhias e sociedade, segundo esta teoria, empresas visam legitimar suas ações, baseando-se em um sistema social de normas, crenças, valores e definições (SUCHMAN, 1995; DEEGAN 2002).

Gray, Kouhy, Lavers (1995), O'Donovan (2002), Deegan (2006) e Almeida, Neumann e Sanches (2018) concluíram que a evidenciação de informações pode ser considerada uma estratégia de legitimação, pois, as entidades vêm sendo cada vez mais monitoradas pelos *stakeholders*. Assim, há uma crescente necessidade de divulgação sobre como as empresas lidam com os impactos gerados na sociedade e meio ambiente. Ou seja, as organizações

desfrutam da legitimidade, à medida que suas atividades são congruentes com as normas e condutas esperadas pelo meio em que estão inseridas (DOWLING; PFEFFER, 1975).

Presume-se que, os aspectos de Responsabilidade Socioambiental Corporativo (RSC) decorrem da arguição ética e moral dos investidores, tornando as empresas mais comprometidas com a RSC, assumindo uma posição estratégica em relação à reputação e a legitimação social de suas atividades (JOSEPH *et al.*, 2018). Assim, à medida que as organizações se envolverem em situações consideradas negativas, com decorrentes impactos desfavorável na sua legitimidade, é necessária a utilização de algumas estratégias que respondam a evidenciação nos relatórios (LINDBLOM, 1994).

Assim, a legitimidade pode se relacionar com alguns atributos, como a inovação, sustentabilidade, divulgação e outros. Agustia, Sawarjuwono e Dianawati (2019), contataram que a inovação verde, tem um efeito estaticamente significativo no valor empresarial. Machado e Ott (2015) relatam que a sobrevivência das empresas decorre tanto da eficiência e lucros, como, da aceitação social do produto e dos métodos operacionais empregados. Furtado *et al.*, (2019) concluíram que a inovação pode ser uma forma de legitimar as ações de RSC, mas as empresas buscam mais atender as obrigações que exigidas pelos órgãos reguladores.

### 2.3 Teoria institucional

Existe uma influência mútua entre as organizações e estruturas normativas e culturais, que pode ser observada pela perspectiva institucional, dessa forma, valores de uma sociedade pode adentrar nas estruturas e formas organizacionais (GUARIDO FILHO, 2008). Para Callado, Callado e Almeida (2014), tanto processos racionais, quanto as ações organizacionais podem ser moldadas pela concepção institucional, que devido às pressões externas e internas, em um longo prazo poderão influenciar companhias inseridas em um mesmo ambiente a se assemelharem umas com as outras.

Ao debater sobre a Teoria Institucional, Berardi (2012) sugere que a teoria busca reproduzir estruturas empresariais, tarefas ou rotinas, como resposta a pressões que podem ser estabelecidas pelo Estado, profissionais, ou normas coletivas do ambiente institucional. Frezatti *et al.* (2009) argumentam, que a Teoria Institucional representa um conjunto de teorias oriundas de áreas como economia, sociologia e ciências políticas, os autores destacam que na Contabilidade, ela deve ser compreendida sob um contexto específico, pois não representa uma mera ferramenta técnica isolada do seu ambiente de atuação.

A Teoria Institucional engloba três correntes como, Nova Economia Institucional, Nova Sociologia Institucional e Velha Economia Institucional (GUERREIRO *et al.*, 2005). O autor cita a Nova Sociologia Institucional como a vertente que considera a caracterização do ambiente institucional pela elaboração regras, práticas, símbolos, crenças e requerimentos normativos que indivíduos e empresas devem aceitar para obter a legitimidade. Dias Filho e Moura (2013), destaca que autores como Meyer e Rowan (1977), Dimaggio e Powell (1983), Scott, (1995) e Zucker, (1987) foram percussores nesta linha de pensamento que partiram das Teorias Organizacionais influenciadas principalmente pelos estudos de Max Weber.

Partindo da Teoria Institucional, Beuren e Dallabona (2013) destacam que o isomorfismo institucional é caracterizado pelo o surgimento de estruturas e abordagens que são similares entre as entidades de um mesmo setor, partindo do pressuposto que as empresas de ramos de atividades semelhantes adotam as mesmas práticas institucionais daquelas que já estão afinadas ao mercado. Deste modo, existem três tipos de fenômenos isomórficos que levam a mudanças institucionais, sendo eles: coercitivo, mimético e normativo.

O isomorfismo coercitivo resulta das pressões formais ou informais e expectativas culturais, exercidas sobre as organizações pelos investidores dos quais elas dependam, as mudanças muitas vezes são respostas diretas as normativas governamentais. Todavia,

pressões coercitivas podem advir de expectativas culturais e políticas exercidas sobre uma organização. (DIMAGGIO; POWELL, 1983; MOURA, 2014).

Já o isomorfismo mimético diverge por não decorrer de uma autoridade coercitiva, pois ocorre quando as metas empresariais sofrem de modo igual à incerteza simbólica ou quando uma tecnologia pouco compreendida é envolvida, assim, empresas similares replicam práticas adotadas por outras. O isomorfismo normativo se baseia na normatização, fazendo com que uma classe profissional aja semelhante a outras (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

### 3 Metodologia

O presente estudo tem objetiva, investigar se as empresas de médio potencial poluidor, listadas no Brasil, Bolsa e Balcão - [B]<sup>3</sup>, apresentam comportamentos isomórficos, no que se refere à adoção de práticas ambientais. Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, pois segundo Gerhardt e Silveira (2009), permite que o pesquisador descreva fatos e fenômenos de uma específica realidade.

Em relação aos procedimentos, a mesma se caracteriza como bibliográfica e documental. Bibliográfica, pois utiliza de meios científicos como, livros, artigos, revistas, periódicos, anais, entre outros, e documental porque a coleta dos dados ocorreu por meio das Notas Explicativas (NE), Relatórios de Sustentabilidade (RS), Formulários de Referência (FR) e Relatórios Anuais (RA), documentos extraídos do *site* da [B]<sup>3</sup> e dos portais de relacionamento com os investidores das respectivas empresas.

Por fim, a abordagem do problema, consistiu em uma pesquisa quantitativa, pois se utilizou de instrumentos de análise estatística para verificar os procedimentos isomórficos em relação à adoção de práticas ambientais. Ressalta-se que, a pesquisa é uma adaptação dos estudos de (SANTOS; BRAGA; CAVALCANTE, 2019).

Os relatórios que apresentam informações ambientais são denominados de formulários de referência, cuja divulgação iniciou-se a partir do ano de 2010, por isso o período de análise do presente estudo se resume ao período entre os anos 2010 e 2019. Para a coleta de dados adotou-se a técnica de análise de conteúdo que visa estudar e analisar a comunicação de maneira objetiva e sistemática (MARTINS; THEÓPHILO, 2016). Bardin (2006) destaca algumas etapas para análise de conteúdo, que são: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

O universo da pesquisa é composto pela as empresas de médio potencial poluidor listadas no *site* da [B]<sup>3</sup>. O nível de médio potencial poluidor é formado por 19 segmentos e 7 setores que estão evidenciados no anexo VIII da Lei nº 10.165/2000, perfazendo assim um total de 131 empresas, conforme apresentado no quadro 1. O segmento indústria de metais não metálicos foi removido da amostra, pois não apresentou empresa no *site* da [B]<sup>3</sup>.

**Quadro 1 – Empresas de amostra no período de 2010 a 2019**

Setores da Lei nº10.165/2000	Segmentos da [B] <sup>3</sup>	Quantidade de Empresas
Indústria Mecânica	Motores, Compressores e Outros	2
	Máquinas e Equipamentos Industriais	8
	Maquinas e Equipamentos de Construção Agrícola	2
	Armas e Munições	1
Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações	Eletrodomésticos	3
	Computadores e Equipamentos	1
Material de Transporte	Material Aeronáutico e de Defesa	1
	Material Rodoviário	8
Indústria Madeireira	Madeira	2
Indústria Têxtil De Vestuário, Calçados E Artefatos de Tecido	Fios e Tecidos	11
	Vestuário	1

	Calçados	4
Indústria De Produtos Alimentares e Bebidas	Açúcar e Álcool	3
	Carnes e Derivados	6
	Alimentos Diversos	6
	Cervejas e Refrigerante	1
Serviços de Utilidade	Energia Elétrica	59
	Água e Saneamento	6
Uso de Recursos Naturais	Agricultura	6

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A partir dos estudos de Rover (2009), Sousa *et al.*, (2014) foram determinadas as práticas ambientais e diretrizes para a elaboração do relatório de Sustentabilidade do *Global Reporting Initiative – GRI* (2013), conforme descrito no quadro 2. Para a análise, criou-se uma variável *dummy*, na qual, um (1) representa as empresas que utilizavam alguma prática ambiental; e zero (0) para as empresas que não utilizaram, ou não divulgaram a informação. Sendo assim, a pontuação obtida, por empresa e por categoria, foi estabelecida através da razão entre o número de práticas divulgadas e o total de práticas do quadro, conforme os estudos de (SANTOS; BRAGA; CAVALCANTE, 2019).

**Quadro 2 – Práticas ambientais**

<b>Categorias</b>	<b>Item</b>	<b>Práticas Ambientais</b>
Gestão Ambiental	1	Metas e objetivos ambientais
	2	Parcerias ambientais
	3	Participações em índices ambientais
	4	Certificações de qualidade
	5	Auditoria ambiental
	6	Práticas sustentáveis voltadas a desperdícios de resíduos
Mitigação, reparação e compensação de danos ao meio Ambiente	7	Reciclagem e reuso
	8	Gerenciamento de florestas e ou reflorestamento
	9	Desenvolvimento de produtos ecológicos
	10	Uso eficiente e reutilização da água
	11	Reparos aos danos ambientais
	12	Investimentos ambientais
	13	Medidas de segurança ambiental
	14	Indicadores ambientais
Energia	15	Conservação e/ ou utilização mais eficiente de energia nas operações
	16	Utilização de matérias desperdiçadas na produção de energia
	17	Desenvolvimento ou exploração de novas fontes de energia
Mercado de créditos de carbono	18	Projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo
	19	Créditos de carbono
	20	Certificados de emissão reduzidas (CER)
Outros aspectos ambientais	21	Educação ambiental (internamente e/ou comunidade)
	22	Pesquisas relacionadas ao meio ambiente
	23	Conservação da Biodiversidade
	24	Paisagismo e jardinagem
	25	Relacionamento aberto com os <i>stakeholders</i>
	26	Controle do número de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal

Fonte: Adaptação de Rover (2009), Sousa *et al.*, (2014) e GRI (2013).

Em seguida foi realizado com base na estatística descritiva, o Teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis*, para verificar se as empresas de médio potencial poluidor são isomórficas em relação à adoção de práticas ambientais ao longo dos anos de 2010 a 2019. O teste de *Kruskal-Wallis* é adequado para a comparação de duas ou mais distribuições de uma variável que são observadas em duas ou mais amostras independentes, tendo como alternativa não paramétrica à ANOVA *one-way*. Esse teste tem como hipótese nula, o fato de que as

distribuições, dos valores da variável em estudo, são isomórficas (MARÔCO, 2018). A partir desta coleta, os dados foram organizados no *software Excel*, enquanto as análises dos cálculos estatísticos foram executados no *Stata*, um programa estatístico geralmente usado para cálculos econométricos.

Dos resultados extraídos desse *software* foi feita sua análise, com o objetivo de verificar se as empresas de médio potencial poluidor apresentam práticas ambientais isomórficas. Para determinar a existência ou não de isomorfismo na adoção de práticas ambientais, foi feita a comparação entre os resultados do teste de *Kruskal-Wallis* com a estatística descritiva, pois além de não rejeitar a hipótese nula, considerou-se uma média mínima de (0,10), já que o isomorfismo também poderia decorrer da não aderência a estas práticas.

#### 4. Análise dos resultados

Nessa seção serão apresentados os resultados da pesquisa, que serão distribuídas em estatística descritiva e inferencial, sendo esta última obtida a partir do teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis*.

##### 4.1 Estatística Descritiva dos Dados

A tabela 1 fornece informações acerca da estatística descritiva das práticas ambientais por categorias, a partir dos setores classificados como médio potencial poluidor.

**Tabela 1 – Estatística descritiva dos setores de médio potencial poluidor**

Práticas Ambientais	Gestão Ambiental		Mitigação, reparação e compensação dos danos		Energia		Mercado de Crédito e Carbono		Outros Aspectos Ambientais	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Setor 1	0,3603	0,4804	0,3297	0,4704	0,0634	0,2442	0,0857	0,2803	0,119	0,3241
Setor 2	0,2905	0,455	0,3685	0,4831	0,2564	0,4385	0,0769	0,2676	0,162	0,3696
Setor 3	0,3285	0,4702	0,4714	0,4996	0,0904	0,2875	0,2238	0,4177	0,143	0,3503
Setor 4	0,3333	0,4733	0,5000	0,5015	0,1666	0,3758	0,1666	0,3758	0,2500	0,4348
Setor 5	0,1645	0,3709	0,1820	0,3860	0,0583	0,2346	0	0	0,0220	0,1463
Setor 6	0,2342	0,4238	0,3474	0,4763	0,0810	0,2740	0,0104	0,102	0,0710	0,2567
Setor 7	0,2721	0,4451	0,2355	0,4243	0,1655	0,3717	0,0907	0,2872	0,2660	0,4417
Setor 8	0,3647	0,4821	0,5990	0,4910	0,2075	0,4068	0,0062	0,0793	0,5350	0,4995

**Nota:** Setor 1 - Indústria Mecânica; Setor 2 - Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Setor 3 - Material de Transporte; Setor 4 - Indústria Madeireira; Setor 5 - Indústria Têxtil De Vestuário, Calçados E Artefatos de Tecido; Setor 6 - Indústria De Produtos Alimentares e Bebidas; Setor 7 - Serviços de Utilidade; Setor 8 – Agricultura.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A partir da análise da tabela 1, observa-se que o setor de Indústria Mecânica possui sua maior média para a categoria de Gestão Ambiental (0,3603), indicando que empresas inseridas nesse setor tendem a apresentar práticas como metas, parcerias, auditorias e participação em índices ambientais, certificações de qualidade, e práticas sustentáveis voltadas a desperdícios de resíduos. Além disso, esta categoria foi a que possuiu o maior desvio padrão (0,4804) sugerindo uma maior dispersão dos dados em torno da média, em contrapartida a categoria que possui práticas voltadas a Energias foi a que deteve de menor média (0,0634) e menor desvio padrão (0,2442) para o referido setor.

Para o setor de Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações, a categoria de Mitigação, Recuperação e Compensação de Dados apresentou a maior média (0,3685) e desvio padrão (0,4831), sugerindo que apesar dos dados heterogêneos, as companhias deste setor possuem práticas relacionadas a atividades como reciclagem e reuso, gerenciamento de florestas, desenvolvimento de produtos ecológicos, eficiência no uso e reutilização da água, reparo aos danos, investimentos, medidas de segurança e indicadores ambientais. Por outro



lado, a categoria de práticas voltadas ao mercado de crédito de carbono apresentou a menor média (0,0769) e desvio padrão (0,2676) para o setor.

O setor de material de transporte apresentou sua maior média (0,4714) e desvio padrão (0,4996) para a categoria de Mitigação, Recuperação e Compensação de Danos, enquanto, as práticas relacionadas ao uso de energias foram às menos adotadas pelas entidades deste ramo, apresentando assim uma média de (0,0904) e desvio padrão de (0,2875). O setor de Indústria de madeira também deteve uma maior média (0,5000) e desvio padrão (0,5015) para a categoria de Mitigação, recuperação e compensação de dados, enquanto as menores médias e desvios ficaram concentradas nas práticas de Energias e Mercado de Crédito de Carbono, indicando respectivamente os valores de (0,1666) e (0,3778).

O setor de Indústria Têxtil de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido, detém a maior média (0,1820) e desvio padrão (0,3860) para a categoria de Mitigação, Reparação e Compensação dos Danos, que apesar da dispersão dos dados, é o grupo de práticas mais exercidas pelas companhias deste segmento. Já a categoria menos aderida por este setor foi a de Mercado de Crédito de Carbono, cuja média e desvio padrão foram equivalentes a (0,0000), refletindo que nenhuma companhia deste ramo aderiu às práticas desta categoria.

A categoria de Mitigação, Reparação e Compensação dos Danos também foi a que possuiu mais adesão para as empresas do ramo de Indústria De Produtos Alimentares e Bebidas, cuja média foi de (0,3474) e desvio padrão de (0,4763). Para este respectivo segmento a categoria que possuiu menor média (0,0104) e desvio padrão (0,1020) foi o de Mercado de Crédito de Carbono.

Para o setor de Serviços e Utilidades, a categoria que possuiu maior representatividade foi a de Gestão Ambiental, cuja média foi de (0,2721) e desvio padrão (0,4451), enquanto o grupo de práticas referentes ao Mercado de Crédito de Carbono obteve a menor média (0,0907) e desvio padrão (0,2872) para o respectivo setor. Por fim, o segmento de Agricultura, obteve uma maior média de (0,5990) para a categoria de Mitigação, Reparação e Compensação dos Danos, e um maior desvio padrão de (0,4995) para o grupo de Outros Aspectos Ambientais, enquanto a menor média (0,0062) e desvio padrão (0,0793) foram oriundos da categoria de Mercado de Crédito de Carbono.

Percebe-se que com exceção do ramo de agricultura, todas as categorias que obtiveram a maior média de aderência para os respectivos setores, também apresentaram o maior desvio padrão, sugerindo assim que quanto mais as empresas de um setor aderir às práticas ambientais de uma referida categoria, maior será a dispersão dos seus dados. Além disso, nota-se que com a ressalva dos setores de Indústria Mecânica e Serviços e Utilidades que apresentaram a categoria de Gestão Ambiental como mais praticada, todos os demais segmentos possuem uma média superior para práticas ambientais relacionadas ao grupo de Mitigação, Reparação e Compensação dos Danos.

#### 4.2 Análise Estatística dos Dados

Para verificar se as empresas de médio potencial poluidor possuem práticas ambientais isomórficas, foi feito o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, cujos resultados estão demonstrados no quadro 3.

**Quadro 3 – Resultado do teste de *Kruskal-Wallis* para as empresas de médio potencial poluidor**

Práticas Ambientais	Gestão Ambiental		Mitigação, reparação e compensação de danos		Energia		Mercado de Crédito de Carbono		Outros Aspectos Ambientais	
	Qui-Quad.	<i>p-valor</i>	Qui-Quad.	<i>p-valor</i>	Qui-Quad.	<i>p-valor</i>	Qui-Quad.	<i>p-valor</i>	Qui-Quad.	<i>p-valor</i>
Setor 1	56,884	0,000	90,735	0,000	16,139	0,136	17,900	0,084	44,793	0,000
Setor 2	14,207	0,002	17,119	0,000	5,972	0,113	5,972	0,113	0,0370	0,998

Setor 3	38,979	0,000	26,107	0,000	12,882	0,045	13,280	0,038	14,252	0,027
Setor 4	0,000	1,000	7,453	0,006	4,918	0,026	4,918	0,026	22,314	0,000
Setor 5	58,926	0,000	108,513	0,000	21,455	0,123	0,000	1,000	18,652	0,230
Setor 6	76,156	0,000	210,103	0,000	21,820	0,0824	7,853	0,897	13,674	0,474
Setor 7	670,763	0,000	867,163	0,000	278,935	0,000	194,652	0,000	765,123	0,000
Setor 8	22,934	0,000	76,102	0,000	12,574	0,028	0,081	0,999	60,917	0,000

Nota: Setor 1 - Indústria Mecânica; Setor 2 - Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Setor 3 - Material de Transporte; Setor 4 - Indústria Madeireira; Setor 5 - Indústria Têxtil De Vestuário, Calçados E Artefatos de Tecido; Setor 6 - Indústria De Produtos Alimentares e Bebidas; Setor 7 - Serviços de Utilidade; Setor 8 - Agricultura.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A partir da análise do quadro 4, verificou-se a existência ou não de isomorfismo na adoção de práticas ambientais pelos setores de médio potencial poluidor, ao nível de significância estatística de 5%. Apesar do quadro 3, demonstrar que a categoria de Mitigação, Reparação e Compensação dos Danos é a que possui maior adesão para 6 dos 8 setores observados, a respectiva categoria possui significância estatística em um *p-valor* de 0,00 para rejeitar a hipótese nula de que existe isomorfismo na adoção de práticas ambientais em todos os segmentos.

Para o setor de Indústria Mecânica, rejeitou-se a hipótese nula, de que há isomorfismo na inserção de práticas ambientais, em um *p-valor* de 0,00 para as categorias Gestão Ambiental, Mitigação, Reparação e Compensação de danos e Outros Aspectos Ambientais. Porém, os grupos de práticas ambientais relacionadas a Energia e Mercado de Crédito de Carbono, não apresentaram significância estatística para rejeitar a hipótese nula, sugerindo que estes dois grupos detenham de um comportamento isomórfico.

Vale ressaltar que de acordo com o quadro 3, as categorias Energias e Mercado de Crédito de Carbono para o setor de Indústria Mecânica, possuem médias de adoção as práticas ambientais equivalentes a 0,0634 e 0,0857. Sendo assim, mesmo que elas possuam um possível comportamento isomórfico, o nível de aderência das práticas ambientais referentes às duas categorias pelo respectivo setor é relativamente baixo, logo, o isomorfismo pode ser consequência da baixa adoção a estas práticas pelas empresas inseridas neste segmento.

Em relação ao setor de Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações, nota-se que as categorias de Gestão Ambiental e Mitigação, Reparação e Compensação aos danos, apresentam significância estatística em um *p-valor* de 0,000 para rejeitar a hipótese nula de que há isomorfismo entre as empresas deste segmento. Todavia, as categorias referentes à Energia, Mercado de Crédito de Carbono e Outros Aspectos Ambientais não rejeitam a hipótese nula e sugerem a existência de isomorfismo na adoção dessas respectivas práticas pelas companhias deste setor.

No setor de Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações, o grupo de práticas ambientais voltadas a Energias possui uma significativa aderência, visto que possui uma média equivalente a 0,2564, indicando, um comportamento isomórfico para as práticas voltadas a categoria de Energias. Entretanto, o grupo de Mercado de Crédito de Carbono se assemelha ao setor anterior, pois apesar de possuir um *p-valor* de 0,1130, sua média de adoção é de apenas 0,0769, levantando assim a hipótese que o isomorfismo obtido é consequência da baixa adesão por parte das companhias.

Quanto ao grupo de práticas inseridas em Outros Aspectos Ambientais, observa-se um *p-valor* de 0,998, com uma significativa média de 0,1623, estes resultados podem constatar que as quatro empresas inseridas no setor de Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações, são isomórficas quanto à inserção de práticas voltadas a educação e pesquisa ambiental, conservação da biodiversidade, paisagismo e jardinagem, relacionamento com os stakeholders e controle no número de reclamações de cunho ambiental.

Em um nível de significância de 5%, o setor de Material de Transporte, sugeriu não apresentar isomorfismo na adoção de práticas ambientais para nenhuma de suas categorias.

Enquanto isso, o segmento de Indústria Madeireira, apresentou um *p-valor* de 1,000 para a categoria de Gestão Ambiental, cuja média de adesão as práticas dessa categoria equivale a 0,3333, logo, é possível constatar que as duas empresas inseridas neste ramo são isomórficas quanto a inserção de certificações de qualidade, práticas sustentáveis voltadas ao desperdício de resíduos, metas, parcerias, auditorias e índices ambientais. Ressalta-se que para o referido setor, todos os demais grupos apresentaram significância estatística para rejeitar a hipótese de isomorfismo na adesão as práticas ambientais.

O setor de Indústria Têxtil de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido apresentou significância estatística para rejeitar a hipótese nula de isomorfismo na adesão de práticas ambientais em um *p-valor* de 0,000 para as categorias de Gestão Ambiental e Mitigação, Reparação e Compensação de Danos. Porém não rejeitou esta hipótese para as categorias de Energia, Mercado de Crédito de Carbono e Outros Aspectos Ambientais. Apesar a categoria de Mercado de Crédito de Carbono apresentar um *p-valor* de 1,000, indicando a presença de isomorfismo na adoção de práticas ambientais, o grupo, segundo o quadro 3, detém de uma média de adesão a estas práticas igual a 0,000, indicando que nenhuma empresa do referido segmento inseriu as práticas ambientais listadas nesta categoria.

Já para os grupos de Energia, cujo *p-valor* foi de 0,1230 e média de adoção equivalente a 0,0583, e para os Outros Aspectos Ambientais, que apresentou *p-valor* de 0,230 e média de 0,0218, é possível sugerir que o isomorfismo pode ser consequência da baixa aderência destas companhias as práticas inseridas nestas categorias. Para o segmento de Indústria de Produtos Alimentares e Bebidas obteve-se significância estatística para rejeitar a hipótese de isomorfismo na adesão de práticas ambientais em um *p-valor* de 0,00 para as categorias de Gestão Ambiental e Mitigação, Reparação e Compensação de danos. Entretanto não possuiu significância para rejeitar a hipótese nula nos grupos de Energia (*p-valor* 0,0824), Mercado de Crédito de Carbono (*p-valor* 0,897) e Outros Aspectos Ambientais (*p-valor* 0,474), que pode ser justificado pela média de adesão as práticas ambientais consideravelmente baixas para estas categorias.

Para o segmento de Serviços de Utilidade é possível observar que todas as categorias apresentam um *p-valor* de 0,00, o que implica na rejeição da hipótese nula de que existe isomorfismo na adoção de práticas ambientais. Já para o setor de agricultura, apenas a categoria de Mercado de Crédito de Carbono não apresentou significância estatística para rejeitar a respectiva hipótese, com um *p-valor* de 0,999 que pode ser explicado pela sua média de adesão apresentada no quadro 3 de 0,0062 que é consideravelmente baixa.

Dessa maneira, pode-se concluir a presença de isomorfismo na adoção de práticas ambientais está presente nos setores de Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações (Categoria de Energias e Outros Aspectos Ambientais) e Indústria Madeireira (Categoria de Gestão Ambiental). Pois, além de não apresentarem significância estatística para rejeitar a hipótese nula de existência de isomorfismo, obtiveram uma média de adesão acima de 0,10, desconsiderando a hipótese do isomorfismo ser decorrente da baixa ou não aderência as práticas ambientais.

Estes resultados divergem em partes dos evidenciados por Santos, Braga e Cavalcante (2019) que ao avaliarem as empresas classificadas como altamente poluidoras não obtiveram nenhuma categoria cuja adoção de práticas fosse isomórfica. Além disso, a amostra analisada não corresponde totalmente as expectativas do isomorfismo descrito pela teoria institucional, que segundo DiMaggio e Powell (1983) as companhias tendem a aderir padrões similares os seus pares inseridos em um mesmo ambiente, e como foi visto, apenas três categorias em dois setores não rejeitaram a hipótese.

No quadro a seguir é evidenciado de forma detalhada as práticas ambientais mais utilizadas, em cada um dos setores de médio impacto ambiental, por categorias.

**Quadro 5 – Práticas ambientais mais utilizadas pelas empresas de médio potencial poluidor**

<b>Categorias</b>	<b>Industria Mecânica</b>	<b>Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações</b>	<b>Material de Transporte</b>	<b>Indústria Madeireira</b>
Gestão Ambiental	Item 1 <b>89,52%</b>	Item 1 <b>97,43%</b>	Item 4 <b>84,28%</b>	Item 1 e 4 <b>100%</b>
Mitigação, reparação e compensação de danos	Item 11 <b>56,19%</b>	Item 7 <b>97,43%</b>	Item 11 <b>98,57%</b>	Item 11 <b>100%</b>
Energia	Item 15 <b>19,04%</b>	Item 15 <b>76,92%</b>	Item 15 <b>14,28%</b>	Item 15 <b>50%</b>
Mercado de Créditos de Carbono	Item 19 <b>19,04%</b>	Item 18 <b>23,07%</b>	Item 18 <b>67,14%</b>	Item 18 <b>50%</b>
Outros Aspectos Ambientais	Item 21 <b>34,28%</b>	Item 25 <b>97,43%</b>	Item 25 <b>70%</b>	Itens 21, 22 e 25 <b>50%</b>
<b>Categorias</b>	<b>Indústria Têxtil De Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido</b>	<b>Indústria De Produtos Alimentares e Bebidas</b>	<b>Serviços de Utilidade</b>	<b>Uso de Recursos Naturais</b>
Gestão Ambiental	Item 1 <b>60%</b>	Item 1 <b>73,44%</b>	Item 1 <b>47,61%</b>	Item 5 <b>79,24%</b>
Mitigação, reparação e compensação de danos	Item 10 <b>47,50%</b>	Item 10 <b>57,48%</b>	Item 12 <b>42,17%</b>	Item 7 <b>96,22%</b>
Energia	Item 15 <b>17,50%</b>	Item 15 <b>18,89%</b>	Item 15 <b>27,04%</b>	Item 15 <b>60,37%</b>
Mercado de Créditos de Carbono	Nenhum item <b>0%</b>	Item 19 <b>1,57%</b>	Item 18 <b>15,81%</b>	Item 20 <b>1,88%</b>
Outros Aspectos Ambientais	Itens 21 e 25 <b>6,25%</b>	Item 25 <b>22,04%</b>	Item 23 <b>48,80%</b>	Item 26 <b>79,24%</b>

**Nota:** Item 1 - Metas e objetivos ambientais; Item 4 - Certificações de qualidade; Item 5 - Auditoria ambiental; Item 7 - Reciclagem e reuso; Item 11 - Reparos aos danos ambientais; Item 15 - Conservação e/ ou utilização mais eficiente de energia nas operações; Item 18 - Projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo; Item 19 - Créditos de carbono; Item 20 - Certificados de emissão reduzidas (CER); Item 21 - Educação ambiental (internamente e/ou comunidade); Item 23 - Conservação da Biodiversidade; Item 25 - Relacionamento aberto com os *stakeholders*; Item 26 - Controle do número de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Diante do quadro supracitado, é possível verificar que as empresas do setor de Indústria Mecânica, de forma geral, utilizam mais práticas ambientais concernente a Gestão Ambiental e Mitigação, reparação e compensação de danos ambientais, sendo as Metas e Objetivos Ambientais; e Reparo aos Danos Ambientais os mais recorrentes, (89,52%) e (56,19%), respectivamente. Silveira, Pfitscher e Uhlmann (2012) enfatizam que as instituições através da gestão ambiental tendem a utilizar os recursos naturais com mais responsabilidade, diminuindo assim a degradação ambiental, buscando recuperar o que já foi degradado.

Do mesmo modo, as empresas do setor de Indústria Mecânica e Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Indústria Madeireira; Indústria Têxtil de Vestuário, Calçados e Artefatos de tecido e Indústria de Produtos Alimentares e Bebidas também possuem as Metas e Objetivos Ambientais como práticas mais aderidas, nas companhias destes segmentos. Esta prática é considerada importante pois, os resultados podem ser auferidos com base na política, objetivos e metas ambientais advindos da organização, através de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), conforme diz a Norma Brasileira de Sistemas de Gestão Ambiental (NBR ISO 14.001, 2004).

Quanto às empresas do setor de Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações, nota-se que as práticas ambientais mais exercidas são referentes à Reciclagem e Reuso; e Relacionamento Ambiental com *stakeholders* ambos com (97,43%). O quadro 5, evidencia que o setor de Material de Transporte apresenta como prática ambiental mais

utilizada os itens 4 (84,28%) e 11 (98,57%), que correspondem respectivamente a Certificações de Qualidade e Reparos aos Danos Ambientais. Na coleta dos dados foi possível verificar que uma das certificações mais utilizadas pelas empresas é a ISO 14.031, que trata da Avaliação de Desempenho Ambiental, como as diretrizes para mensuração do desempenho ambiental e adoção de indicadores (SANTOS; BRAGA; CAVALCANTE, 2019).

O setor que mais se utiliza de práticas ambientais de acordo com o quadro 5, é o da Indústria Madeireira, que possui um percentual de 100% nos itens 1, 4 e 11. Este mesmo setor apresentou de forma menor as práticas ambientais nas categorias de Energia, Mercado de Créditos de Carbono e Outros Aspectos Ambientais (50%), portanto a média (90%) o setor se destaca em relação aos demais no uso das práticas ambientais mencionadas neste estudo.

Já o setor de Indústria Têxtil de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido não apresentou nenhuma prática ambiental na categoria de Mercado de Créditos de Carbono. Além do item 1 a Indústria de Produtos Alimentares e Bebidas, adotou de forma significativa a prática ambiental referente ao item 10 (57,48%). As empresas de Serviços de Utilidade possuem um percentual maior no item 23 que corresponde a Conservação da Biodiversidade (48,80%) e na categoria de Uso de Recursos Naturais utilizam práticas ambientais com uma maior frequência na Reciclagem e reuso (96,22%) e de forma menor na categoria Mercado de Crédito e Carbono, possuindo um percentual de 1,88% no item 20, que é referente a Certificados de emissão reduzidas (CER).

## 5 Considerações Finais

O estudo teve como objetivo investigar se as empresas de médio potencial poluidor, listadas no Brasil, Bolsa e Balcão - [B]<sup>3</sup>, apresentam comportamentos isomórficos, no que se refere à adoção de práticas ambientais. A partir da análise dos resultados, diante do Teste de *Kruskal-Wallis*, verificou-se que as empresas de médio potencial poluidor apresentam algumas práticas ambientais isomórfica, nos setores de Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações (Categoria de Energias e Outros Aspectos Ambientais) e Indústria Madeireira (Categoria de Gestão Ambiental).

O teste não apresentou práticas ambientais em todos os setores pois, segundo Santos, Braga e Cavalcante (2019) as empresas brasileiras, não tem a obrigação de fazer a evidenciação de informações ambientais, embora estejam classificadas como um setor que causa um certo impacto ambiental. Além disso, constatou-se que o setor que mais se utilizam de práticas ambientais é o setor da Indústria Madeireira. Em quase todos os setores exceto os setores de Material de Transporte e Uso de Recursos Naturais, foram apresentados em destaque o item 1 que é relacionado a metas objetivos ambientais, portanto segundo Nossa (2002) embora as companhias estejam desenvolvendo suas metas e objetivos ambientais, elas não estão evidenciando com tanta frequência em seus relatórios anuais.

Para tanto, uma das dificuldades encontradas neste estudo se dá conforme o autor supramencionado, que enfatiza a falta das informações ambientais nos relatórios anuais das empresas. Assim como, a técnica de coleta de dados utilizada neste estudo, por se tratar de uma análise de conteúdo, existe o julgamento por parte do pesquisador na análise dos relatórios da empresa.

Nesta perspectiva, fica o incentivo à realização de trabalhos futuros em analisar as empresas potencialmente poluidoras pelo seu tamanho, detectando-os os tipos de isomorfismo existentes entre elas. Portanto, o referido estudo, contribuiu para trazer o entendimento do tema e desenvolver um conhecimento intelectual e partir disso auxiliar os usuários das informações contábeis a tomarem decisões, em especial os *stakeholders*.

## Referências

- ABNT. NBR ISO 14031 – Gestão Ambiental – Avaliação de Desempenho Ambiental – Diretrizes. 2004.
- AGUSTIA, D.; SAWARJUWONO, T.; DIANAWATI. The Mediating Effect of Environmental Management Accounting on Green Innovation-Firm Value Relationship. **International Journal of Energy Economics and Policy**, v. 9, n. 2, p. 299, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BERARDI, P. C. **Fatores Indutores à Evolução da Gestão Ambiental na Indústria: Uma Abordagem pela Teoria Institucional**. BARBIERI, J. C. 2012. 228 f. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.
- BEETS, S. D.; SOUTHER, C. C. Corporate environment reports: the need for standards and an environmental assurance service. **Accounting Horizons**, v. 13, n. 2, p. 129-145. 1999.
- BEUREN, I. M.; DALLABONA, L. F. Presença de mecanismos isomórficos em empresas contábeis. **Revista Alcance**, Biguaçu, v. 20, n. 1, p. 96-116, 2013.
- BORGES, A. P.; ROSA, F. S.; ENSSLIN, S. R. Evidenciação voluntária das práticas ambientais: um estudo nas grandes empresas brasileiras de papel e celulose. **Production**, v. 20, n. 3, p. 404-417, 2010.
- CALLADO, A. A. C.; CALLADO, A. L. C.; ALMEIDA, M. A. Isomorfismo e práticas de gestão de custos: um estudo empírico entre empresas do porto digital a partir da teoria institucional. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, n. 1, p. 204-217, 2014.
- CAMPOS, L. M. S.; MELO, D. A. de. Indicadores de desempenho dos Sistemas de Gestão Ambiental (SGA): uma pesquisa teórica. **Production**, v. 18, n.3, p. 540-555, 2008.
- CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Norma Brasileira de Contabilidade – T 15. 2004. Disponível em: <https://tinyurl.com/y2yfdqxn>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- CLARKSON, P. M.; LI, Y.; RICHARDSON, G. D.; VASVARI, F. P. Does it really pay to be green? Determinants and consequences of proactive environmental strategies. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 30, n. 2, p. 122-144, 2011.
- COSTA, B. M. N.; LEAL, P. H.; LUCA, M. M. M.; VASCONCELOS, A. C. Discurso das práticas ambientais e isomorfismo nas empresas de alto impacto ambiental listadas na BM&FBOvespa. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 6, n. 2, p. 76-97, 2016.
- DEEGAN, C. **Legitimacy theory. Methodological issues in accounting research: theories and methods**, p. 161-182, 2006.
- DIAS FILHO, J. M.A.; Pesquisa Qualitativa sob a Perspectiva da Teoria da Legitimidade: uma alternativa para explicar e prever políticas de evidenciação contábil. **Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 9, n. 1, p. 72-86, 2012.
- DIAS FILHO, J. M.; DE MOURA, F. V. Evidenciações de informações sociais em seis bancos brasileiros—uma análise à luz da teoria institucional. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 3, p. 6-21, 2013.
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, p. 147-160, 1983.
- DOWLING, J.; PFEFFER, J. Organizational legitimacy: Social values and organizational behavior. **Pacific sociological review**, v. 18, n. 1, p. 122-136, 1975.
- FARONI, W.; SILVEIRA, S. F. R.; MAGALHÃES, E. A.; MAGALHÃES, E. M. A contabilidade ambiental em empresas certificadas pelas normas ISO 14001 na região metropolitana de Belo Horizonte-MG. **Revista Árvore**, v. 34, n.6, p. 1119-1128, dez. 2010.
- FREITAS, D. P. S.; QUARESMA, J. C. C.; SCHMITH, S. R. Z.; GONÇALVES, T. L.; QUINTANA, A. C. Contabilidade ambiental: Um estudo bibliométrico em revistas científicas brasileiras. **Revista Ambiente Contábil**, v. 4, n. 1, p. 72-88, 2012.

- FURTADO, L. L.; ANTONOVZ, T.; CORREA, M. D.; SILVA, O. A. P.; PANHOCA, L. Relação entre Sustentabilidade e Inovação: Uma análise da legitimidade organizacional das empresas do setor elétrico brasileiro. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 18, p. 2807, 2019.
- FREZATTI, F.; ROCHA, W.; NASCIMENTO, A. R.; JUNQUEIRA, E. **Controle Gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico**. São Paulo: Atlas, 2009.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa. EAD - Série Educação a Distância**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- GRAY, R.; KOUHY, R.; LAVERS, S. Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 8, n. 2, p. 47-77, 1995.
- GRI, Global Reporting Initiative. **Diretrizes para Relato de Sustentabilidade**. 2013. Disponível em <[www.globalreporting.org](http://www.globalreporting.org)>. Acesso em 08 de jun. 2020.
- GUARIDO FILHO, E. R. **A construção da teoria institucional nos estudos organizacionais no Brasil: o período 1993-2007**. SILVA, C. L. M. 2008. 316f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba-PR, 2008.
- GUERREIRO, R.; FREZATTI, F.; LOPES, A. B.; PEREIRA, C. A. O entendimento da contabilidade gerencial sob a ótica da teoria institucional. O&S. **Organizações & Sociedade**, v. 35 ed., p. 1-20, 2005.
- JOSEPH, G. P. A.; DIAS, S. L. F. G.; FELSBURG, T. B.; IGARI, A. T. Responsabilidade social corporativa e índices de sustentabilidade: um estudo dos ativos tangíveis e intangíveis à luz da visão baseada em recursos. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 12, n. 1, p. 73-88, 2018.
- LINDBLOM, C. K. The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure. In: Paper presented the Critical Perspectives on Accounting Conference, New York, 1994.
- MACHADO, D. P.; OTT, E. Estratégias de Legitimação Social Empregadas na Evidenciação Ambiental: Um Estudo à Luz da Teoria da Legitimidade. **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 1, p. 136-156, 2015.
- MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica Para Ciências Sociais Aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- MARÔCO, J. **Análise Estatística com o SPSS Statistics**. 7. ed. São Paulo: Report Number, 2018.
- MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. **American journal of sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.
- MOREIRA, N. B.; DIAS FILHO, J. M.; GOMES, S. M. S.; CONCEIÇÃO, M. G. Fatores que impactam a divulgação voluntária de informações socioambientais na percepção dos gestores. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 4, n. 1, p. 62-82, 2014.
- MOURA, A. L. N. **Por fora, bela viola! Por dentro, pão bolorento? Analisando o discurso e a prática de RH no setor público federal brasileiro à luz da Teoria Institucional**. SOUZA, B. C. 2014. 360 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.
- MOURA, F. V.; DIAS FILHO, J. M. Pressões institucionais e o isomorfismo dos relatórios de administração publicados por empresas do setor de energia elétrica. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa Em Administração – ENANPAD, 34., 2012, Rio de Janeiro. Anais[...]. Rio de Janeiro: Anpad, 2012.

- NOSSA, V. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional.** CARVALHO, L. N. G. 2002. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, University of São Paulo, São Paulo, 2002.
- O'DONOVAN, G. Environmental disclosures in the annual report: Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002.
- OLIVEIRA, O. J.; SERRA, J. R. Benefícios e dificuldades da gestão ambiental com base na ISO 14001 em empresas industriais de São Paulo. **Production**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 429-438, 2010.
- RIBEIRO, M. S. **Contabilidade Ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2005.
- ROVER, S. **Disclosure ambiental de empresas potencialmente poluidoras: características da informação ambiental e explicações para a divulgação voluntária no Brasil.** BORBA, J. A. 2009. 98 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2009.
- ROVER, S.; BORBA, J. A.; MURCIA, F.; D. R. Características do *disclosure* ambiental de empresas brasileiras potencialmente poluidoras: análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de sustentabilidade do período de 2005 a 2007. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 7, n. 1, p. 23– 36, 2009.
- SALES, B.; ROVER, S.; FERREIRA, J. S. Coerência na evidenciação das práticas ambientais das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE). **Revista Ambiente Contábil**, v. 10, n. 2, p. 1-22, 2018.
- SAMPAIO, M. S.; GOMES, S. M. S.; BRUNI, A. L.; DIAS FILHO, J. M. Evidenciação de Informações Socioambientais e Isomorfismo: Um Estudo com Mineradoras Brasileiras. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 1, p. 105-122, 2012.
- SANTOS, L. M. S.; BRAGA, E. C.; CAVALCANTE, P. R. N. Isomorfismo na Adoção de Práticas Ambientais: Um Estudo com as Empresas de Alto Potencial Poluidor Listadas na B3 SA. In: Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 26, 2019, Curitiba. Anais[...]. Curitiba: CBC, 2019.
- SCOTT, W. Richard. Introduction: institutional theory and organizations. **The institutional construction of organizations**, p. 11-23, 1995.
- SILVA, L. M.; SILVA, R. P. A.; ALVES, I. J. B. R.; OLIVEIRA, K. P. S. Análise dos investimentos em responsabilidade socioambiental das empresas do índice de sustentabilidade empresarial listadas na BM&FBovespa. In: Congresso Brasileiro de Custos, 24, 2017, Florianópolis. Anais[...]. Florianópolis: CBC, 2017.
- SILVA, P. Y. C.; PIRES, J. S. D. B. Análise da produção científica brasileira em contabilidade voltada para o segmento de gestão social e ambiental. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 5, n. 1, p. 200-223, 2013.
- SILVEIRA, E; PFITSCHER, E. D; UHLMANN, V. O. Análise de sustentabilidade ambiental em uma biblioteca universitária. **Revista Pretexto**, v. 13, n. 4, p. 50-65, 2012.
- SOUZA, G. S.; MACHADO, P. B.; REIS, V. R.; SANTOS, A. S. DIAS, V. B. Educação ambiental como ferramenta para o manejo de resíduos sólidos no cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 8, n. 2, p. 118-130, 2014.
- SOUZA, V. R.; RIBEIRO, M. S. Aplicação da contabilidade ambiental na indústria madeireira. **Revista de Contabilidade e Finanças.**, São Paulo, v. 15, n. 35, p. 54-67, 2004.
- SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. **Academy of management review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.
- ZUCKER, L. G. Institutional theories of organization. **Annual review of sociology**, v. 13, n. 1, p. 443-464, 1987.